

28/12/2005

JT tem competência para examinar constitucionalidade de lei

Cabe à Justiça do Trabalho (JT) o exame de ação civil pública em que se questiona a constitucionalidade de lei municipal que promoveu a conversão do regime celetista de trabalho em regime jurídico único. A afirmação da competência da JT foi feita pela **Terceira Turma** do Tribunal Superior do Trabalho ao deferir recurso de revista ao Ministério Público do Trabalho (MPT) da 19ª Região (com atuação em Alagoas), movido contra o município alagoano de Atalaia.

A iniciativa do MPT foi motivada pela inexistência de previsão de concurso público para a seleção de servidores e o respectivo preenchimento dos cargos municipais. A transposição do regime da CLT para o estatutário, segundo o MPT, teria de obedecer o requisito previsto no art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A ação civil pública também questiona a perda dos direitos trabalhistas pelos empregados anteriormente vinculados à CLT.

A primeira instância julgou a JT incompetente para o exame da matéria, entendimento que foi confirmado, posteriormente, pelo Tribunal Regional do Trabalho alagoano. Afirmaram ser inviável, no âmbito da Justiça do Trabalho, o exame da necessidade de concurso público para a transposição dos servidores. “Não nos cabe declarar a inconstitucionalidade de lei em tese”, concluiu o TRT.

O MPT obteve posicionamento favorável após a análise de seu recurso de revista. Segundo a relatora do recurso no TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, a alegação de inconstitucionalidade teve caráter incidental e não direto como afirmava o TRT alagoano.

A relatora observou que o chamado controle de constitucionalidade abstrato (direto) frente à Constituição da República, é realizado pelo Supremo Tribunal Federal, e, o das normas estaduais e municipais, em relação à Constituição Estadual, é feito pelo Tribunal de Justiça do Estado. Nesse tipo de situação, o pedido resume-se a declarar a norma como inconstitucional.

Quando o pedido de inconstitucionalidade tem aspecto incidental, esclareceu Cristina Peduzzi, tem-se o controle difuso de constitucionalidade, prerrogativa de todos os magistrados. Nesta circunstância, busca-se a solução de uma controvérsia por meio do exame da validade da norma diante do texto constitucional.

A análise do caso concreto levou à conclusão de que o pedido principal da ação civil pública do MPT foi o da reversão dos empregados celetistas ao regime em que foram contratados. **“Apenas incidentalmente o Ministério Público requer o pronunciamento da inconstitucionalidade do artigo 216 da Lei Municipal nº 774/93”, explicou a ministra do TST.**

A constatação levou à confirmação da competência da JT para o exame da ação, o que implicou no retorno dos autos à primeira instância trabalhista a fim de que julgue o processo proposto pelo MPT. (RR 674543/2000.8)

AIRR 806.642/2001 – 3ª Turma – DJU de 30.11.2007

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DE REVISTA - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. O Ministério Público do Trabalho é instituição pública responsável pela tutela dos interesses sociais, dentre eles, os direitos individuais homogêneos. Desse modo, é legítima a atuação do MPT por meio de Ação Civil Pública. Registre-se que, não obstante a possibilidade de propositura de ações individuais, a origem comum, aglutinação e relevância social, de modo a extrapolar o caráter exclusivamente individual, acarretam a tutela formalmente coletiva. Precedentes do TST, STJ e STF. **TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PROGRAMA DE INCENTIVO À SAÍDA VOLUNTÁRIA (PISV) - CONDIÇÃO DE ADESÃO AO PLANO – INCONSTITUCIONALIDADE.** O exercício do poder diretivo do empregador, mesmo na formulação de benefício aos trabalhadores, deve observância aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, no particular, direito de ação (art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República) e princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da Constituição). ***In casu*, o regulamento empresarial que instituiu o Programa de Saída Voluntária (PISV) vedou a adesão dos trabalhadores que mantivessem ação trabalhista contra a empresa, independentemente de ocorrência de identidade entre os pedidos formulados e eventual direito a ser satisfeito quando da quitação operada. A vedação imposta implica dupla ofensa a direitos individuais: i) por um lado, gera injustificada diferenciação entre os trabalhadores da empresa, que passam a ser considerados a partir do exercício, ou não, de regular direito; ii) por outro, importa em desrespeito ao direito de ação, na medida em que condiciona a fruição de direito regulamentar benéfico à abstenção de eventual reclamação trabalhista.** Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

22/09/2010

Acordo coletivo não pode suprimir concessão de férias

O usufruto de férias é um direito do trabalhador que não pode ser abolido, ainda que conste em norma coletiva cláusula em sentido contrário. Obrigada pela Justiça do Trabalho a conceder férias vencidas a 39 empregados, a empresa Móveis Walfrido Ltda. **buscou que fosse reconhecida, no Tribunal Superior do Trabalho, a validade da cláusula do acordo coletivo, o**

que foi logo rejeitado pela Primeira Turma, por tratar-se de questão sem respaldo no ordenamento jurídico e na Constituição.

O fato é que 65% dos empregados da Móveis Walfrido estavam há anos sem tirar férias e isso é contra a legislação trabalhista. Segundo o relator do recurso na Primeira Turma, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, “a Constituição Federal consagra como direitos sociais a saúde e o lazer, assegurando, como direito dos trabalhadores, o gozo de férias anuais remuneradas”. Por outro lado, esclarece o ministro, o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, previsto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, “não autoriza que, por meio destes instrumentos, seja promovida a simples supressão de direitos e garantias legalmente assegurados”.

Após ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, a empresa - que posterga há anos a fruição de férias de seus funcionários - foi condenada, em razão da nulidade de acordo coletivo que concedia prazo amplo para isso, a elaborar escala de férias, tendo sido fixado percentual mensal de trabalhadores para usufruí-las. Com alegações de caráter econômico-social, prevendo a inviabilização que a decisão acarretaria tanto ao exercício da empresa quanto à manutenção dos empregos, e de ordem jurídica, relativa à exigência constitucional de respeito aos acordos e convenções coletivas de trabalho, a empresa tentou modificar a sentença com recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC).

Entretanto, o Regional verificou não haver provas que corroborem a afirmação de que a empresa enfrenta dificuldades econômicas e muito menos de que se encontra em situação falimentar ou pré-falimentar. Também a ameaça velada de desemprego em massa, como registrou o TRT, não possibilitou modificação da sentença no sentido de considerar válido o acordo. O Tribunal Regional, no entanto, ao examinar a determinação do juízo de origem em relação à fruição mensal de férias por, no mínimo, 10% dos empregados que estão com elas vencidas, autorizou a empregadora a limitar em 5% aquele percentual mínimo, no caso de o número total de empregados em férias no mês exceder a 12% do seu quadro de pessoal.

Ainda inconformada, a empregadora recorreu ao TST, alegando que a decisão da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, ao considerar nula a cláusula de acordo coletivo que previa a não concessão de férias, violou o artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, com o argumento de que a norma reconhece a validade dos acordos coletivos. Para o ministro Vieira de Mello, porém, não há violação constitucional na decisão que “entende que não há como prevalecer o interesse patronal que impede o exercício de direito trabalhista constitucionalmente previsto”.

A conclusão do relator é de que a norma coletiva subtraiu direito indisponível do empregado, não encontrando, assim, amparo no ordenamento jurídico. Por não vislumbrar violação constitucional e por serem inespecíficos os julgados apresentados para comprovação de divergência jurisprudencial

quanto à supressão de fruição de férias anuais, a Primeira Turma seguiu o voto do ministro Vieira de Mello e não conheceu do recurso de revista. ([RR - 115000-16.2003.5.12.0024](#))

AIRR 7940-19.2005.5.03.0006 – Publicação: DEJT 04.02.2011

Relator Min. Walmir Oliveira da Costa

EMENTA : AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEDIDAS DE SEGURANÇA EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. O Tribunal Pleno desta Corte Superior, em Sessão realizada em 03/03/2005, julgando o incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado no Proc. nº E-RR-359.993-29.1997.5.17.5555, decidiu que a Justiça do Trabalho é competente para julgar matéria relacionada à segurança bancária. A questão acerca da competência da Justiça do Trabalho para julgar ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em defesa da ordem jurídica trabalhista, visando à tutela de direitos transindividuais, consistente na obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança nas instituições bancárias, encontra-se pacificada no âmbito desta Corte Superior uniformizadora, circunstância que inviabiliza o recurso de revista.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS. LEGITIMIDADE ATIVA. O art. 129, III, da Constituição da República de 1988 autoriza o Ministério Público a promover, mediante ação civil, a defesa dos interesses sociais difusos e coletivos. Por sua vez, o art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 atribui ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para promover, no âmbito da Justiça do Trabalho, ação civil pública, visando à defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. Assim, tratando-se de pleito que tem por objeto garantir e proteger a segurança no ambiente de trabalho dos trabalhadores bancários, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para ingressar com ação civil pública. Precedentes.

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 12.971/98. NÃO OCORRÊNCIA. LEGISLAÇÃO CONCORRENTE. O pedido inicial, consistente na obrigatoriedade de cumprimento de medidas de segurança nas instituições bancárias do reclamado, especificamente, a instalação de vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis de armas de fogo de grosso calibre nas respectivas agências e postos de serviço, respalda-se na determinação prevista na Lei Estadual nº 12.971/98. Não há, pois, falar em pedido juridicamente impossível, mormente porque, em razão da competência concorrente dos estados em legislar sobre a proteção do meio ambiente (Constituição Federal, art. 24, VI), no qual se insere, como corolário, o meio ambiente de trabalho, não padece de inconstitucionalidade a legislação estadual que tornou obrigatória a adoção de medidas de segurança nas agências e postos de serviços de instituições bancárias. Precedentes.

Agravo de instrumento a que se nega provimento.

RR 357800-94.2007.5.12.0037 - Publicação: DEJT 20.05.2011

Relator Min. Maria Doralice Novaes

Recorrente: Banco ABN Amro Real S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 12.^a Região

EMENTA : I) AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - SEGURANÇA BANCÁRIA. A jurisprudência atual e pacificada do TST em matéria de normas de segurança bancária segue no sentido de se reconhecer a competência da Justiça do Trabalho, uma vez que, embora a colocação de portas de segurança e dispositivos eletrônicos em agências bancárias possa proteger também os clientes do banco, o que implicaria a defesa de interesses difusos dos eventuais usuários do serviço bancário, o que se postula na ação civil pública trabalhista é a segurança dos trabalhadores, em defesa de seu interesse coletivo. Nesse caso, os clientes passam a ser beneficiários indiretos da segurança garantida aos trabalhadores.

II) COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA VARA DA CAPITAL DO ESTADO PARA LESÃO DE ÂMBITO REGIONAL. Em que pese ter sido o escopo do legislador, quando editou a Lei 9.494/97, que alterou a redação do art. 16 da Lei 7.347/85, limitar os efeitos das ações coletivas, mormente as de âmbito nacional, à jurisdição do juiz da Vara Civil, Federal ou Trabalhista que prolatou a sentença, olvidou que, numa interpretação sistemática do preceito, como o fez a SBDI-2 do TST ao editar a OJ 130, dada a natureza indivisível do provimento a ser concedido nessa modalidade de ação (CDC, art. 81, parágrafo único, I e II), não poderia haver fracionamento do provimento, sujeitando os Réus à imposição de diferentes obrigações, conforme o entendimento do juiz de cada Vara, quando a lesão é já reconhecidamente geral. Daí que, para lesões de âmbito regional, como é o caso da presente ação, o foro competente é o da capital do Estado, razão pela qual correto o ajuizamento da ACP em Vara do Trabalho de Florianópolis.

III) LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS DOS TRABALHADORES QUANTO À SEGURANÇA BANCÁRIA. A atuação do Ministério Público do Trabalho, mediante ajuizamento de ação civil pública visando à adoção, pelas agências do Reclamado, de todos os dispositivos de segurança previstos em lei, encontra respaldo nos arts. 83, III, da LC 75/83, referente à defesa de interesses coletivos dos trabalhadores pelo *Parquet* Laboral, e 129, III, da CF, referente à defesa coletiva do meio ambiente de trabalho.

IV) CONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL SOBRE A SEGURANÇA BANCÁRIA. Em que pese a Lei Federal 7.102/83 somente exigir 3 dos 5 dispositivos de segurança que elenca como obrigatórios para as agências bancárias, a Lei Estadual Catarinense 10.501/07 passou a exigir todos, não invadindo, conforme precedentes do STF e do TST sobre a matéria (Pleno, TST-ArgInc- 57400-70.2004.5.03.0018, Relator Ministro Aloysio Correia da Veiga), competência legislativa federal.

V) PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E OBRIGAÇÃO DE COLOCAÇÃO DE TODOS OS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA. 1. A Lei 7.102/83 exige, como elementos obrigatórios de segurança nas agências bancárias, vigilantes e alarmes (art. 2º, *caput*) e mais um de 3 dispositivos: equipamentos de filmagens, mecanismos de retardamento de fuga e cabines blindadas (art. 2º, I a III). 2. Não atenta contra o princípio da proporcionalidade a Lei Estadual 10.501/07, quando torna todos os dispositivos

obrigatórios, impondo a colocação de portas de segurança em todas as agências do Banco, na medida em que: a) a própria lei federal reconheceu que os 5 dispositivos já mencionados atendem aos reclamos de maior segurança das agências bancárias, pois os elenca especificamente; b) é notório que o nível de violência urbana tem aumentado sensivelmente e o número de assaltos a bancos sofreu considerável incremento, exigindo medidas mais eficazes para a redução dos riscos de trabalhadores e clientes; c) os mecanismos de segurança vão se modernizando, generalizando e capilarizando, de forma a gerar natural redução de custos, em face da economia de escala, na aquisição ampla de material de segurança; d) os bens em consideração, principalmente a vida, ameaçada por risco ligado à posse e propriedade do bem comercial mais líquido e cobiçável que é o dinheiro, são proporcional e suficientemente mais valiosos a ponto de exigir medidas eventualmente mais onerosas para sua defesa.

VI) TUTELA ANTECIPADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO. Sendo a ação civil pública de defesa de interesses coletivos, com natureza cominatória (prevenção de lesão futura) e não condenatória (reparação de lesão passada), depende de liminar e de antecipação de tutela para a preservação dos bens que defende, sob pena de frustração de sua finalidade pela demora de julgamento e pleora de recursos. Como, no caso, o bem a ser preservado e defendido é a própria vida do trabalhador, submetido ao risco de constantes assaltos se não houver elementos fortemente dissuasivos do ataque a agências bancárias, verifica-se a possibilidade da concessão da antecipação de tutela no caso. Recurso de revista não conhecido.

RR 55800-66.2007.5.24.0004 - Publicação: DEJT 03.06.2011

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 24ª Região

Recorrida: Souza Cruz S.A.

Recorrido: Sindicato dos Empregados Vendedores Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FÉRIAS. NORMA COGENTE. FRACIONAMENTO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE. Conforme o disposto no art. 134, § 1º, da CLT, as férias serão concedidas num só período e somente em situações excepcionais é possível o seu parcelamento, limitado a dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos. Como o legislador não especificou tais situações excepcionais, o texto legal sugere que a lei pretende, na verdade, enfatizar a inviabilidade do fracionamento rotineiro ao longo do contrato. Privilegiou, portanto, a legislação a concessão unitária do prazo das férias, salvo em se tratando de casos excepcionais ou de comprovado interesse extracontratual do trabalhador. O caráter imperativo das férias, atadas que são ao segmento da saúde e segurança laborais, faz com que não possam ser objeto de renúncia ou transação lesiva e, até mesmo, transação prejudicial coletivamente negociada. É, pois, indisponível referido direito. É bem verdade que a CLT atenuou

parte dos efeitos dessa imperatividade (e indisponibilidade consequente), ao permitir a conversão pecuniária de 1/3 das férias obreiras (o chamado abono celetista de férias). Entretanto, **cumpre reiterar a ênfase na impossibilidade da estipulação de norma coletiva com o comando de fracionamento das férias, porquanto se estaria a mitigar norma cogente disciplinada no referido art. 134, § 1º, da CLT.** Recurso de revista conhecido e provido.

AIRR 361-88.2010.5.20.0000 - Publicação: DEJT 19.08.2011

Relator: Min. Milton de Moura França

Agravante: Sacel Serviço de Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 20ª Região

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Prestação jurisdicional devidamente entregue, embora diversa da pretensão da Reclamada. Ofensa a dispositivos de lei e da Constituição Federal não demonstrada. **DECISÃO JUDICIAL EM SUBSTITUIÇÃO DE AÇÃO ANULATÓRIA PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POSSIBILIDADE.** O Tribunal Regional manteve a sentença, que rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para propor ação civil pública, sob o fundamento de que: Como bem entendeu o juízo, o MPT não está a requerer efeitos *erga omnes* de eventual anulação de cláusula de norma coletiva. Ora, em nenhum momento o acionante peticiona a declaração de nulidade de qualquer cláusula acordada. Violação de dispositivos de lei e da Constituição Federal e divergência jurisprudencial não evidenciadas. **INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO.** O Tribunal Regional manteve a condenação ao pagamento de 1 (uma) hora, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da hora normal de trabalho, em face da supressão do intervalo intrajornada. Decisão em conformidade com a Orientação Jurisprudencial nº 342 da SBDI- 1 desta Corte. **Agravo de instrumento não provido.**